Inversão: a cidade cresce ao avesso

Está havendo uma inversão de Brasília — a cidade está crescendo para o avesso e isto pode gerar um perigoso processo de entropia. A única saída é o desenvolvimento da região geoeconômica, mas o seu programa existe apenas no papel.

Este é o pensamento do secretário de Serviços Sociais, Davi Boianovsky, que afirma nesta entrevista concedida ao **Jornal de Brasília**, que o migrante ainda acredita existir aqui o mesmo eldorado dos tempos pioneiros. Ele informa que os fluxos migratórios para o Distrito Federal, embora não tenham se reduzido, estão demonstrando uma redução na velocidade do aumento. Isto — diz — já é uma boa notícia.

Mesmo sem dispor de dados quanto a um possível aumento de invasões, tendência já registrada em relatório de 1979 pela Terracap, Boianovsky duvida que elas estejam ocorrendo nos percentuais que se registraram até a alguns anos atrás. Ele defende a política do GDF de redução na construção de casas populares e fala sobre os motivos de uma nova experiência habitacional para populações de baixa renda, a começar pelos moradores da Vila Divinéia.

Como têm se comportado os fluxos migratórios para o Distrito Federal?

De uma maneira geral o fluxo migratório para o DF tem se mantido nos mesmos padrões no decorrer de 80 e 81. Até 1979 não havia nenhum controle, a não ser alguns registros da CODEPLAN e outros que se referiam à migração como um todo. O migrante nosso cliente é aquele de baixa renda que veio tentar uma melhoria de vida e não aquele indivíduo que foi transferido e tem um bom emprego num ministério — este é um caso de transferência, o outro é migração de caráter social mais específico. Para este último é que não havia nenhum registro, então firmamos um convênio com o Ministério do Interior visando a implantação de um sistema de informações e em janeiro de 80 começamos o registro oficial.

A avaliação do ano passado nos deu como resultado um total de 6359 migrantes, que é como tal considerado todo indivíduo com mais de 15 anos, que se encontra aqui há menos de um ano, sendo os demais considerados como dependentes ou agregados a estes migrantes.

A causa mais frequente declarada foi a busca de oportunidade de trabalho e o local de origem do migrante foi predominantemente o nordeste, em segundo lugar a região sudeste e em terceiro o centro - oeste, as outras regiões em menor porcentagem. Do nordeste vieram 49%, ou praticamente metade dos migrantes, do sudeste 25,7% e do centro-oeste 19,3%. A procura de trabalho, 86%, foi a principal causa alegada, seguida pela procura de assistência médica e em terceiro lugar educação. O significado disto é que Brasília ainda goza nas outras regiões do conceito de ter emprego farto e fácil que gozava na época de sua construção.

Brasília realmente ofereceu emprego farto e bem remunerado para mão-de-obra mal qualificada, na construção civil principalmente, mas também em todos os serviços terciários. Com a consolidação da cidade a construção civil se limitou àquelas construções normais de uma cidade qualquer de um milhão de habitantes, talvez um pouco mais por causa dos prédios públicos, mas mesmo assim muito menos do que havia durante os 15 primeiros anos.

Neste ano, nos dois primeiros meses, o fluxo migratório manteve os mesmos percentuais do ano passado, o que é uma notícia muito boa para nós tendo em vista o receio que tínhamos em função da seca do nordeste. Isto serve como testemunho nosso, pelo menos, de que as medidas adotadas pelo MINTER para contenção dos flagelados estão dando resultado.

Em conclusão, parece estar havendo no momento uma tendência pelo menos aparente de que embora o fluxo migratório se mantenha, há uma tendência que não aumente, o que já é importante.

Embora só agora a Terracap tenha dado início a um levantamento detalhado do número de pessoas que moram em invasões, existe um relatório daquela empresa dando conta que em 1979 existiam 24 focos de invasão no DF, com um total de 2012 barracos. O relatório diz que a tendência era de crescimento destas invasões...

Temos dúvidas se realmente estas invasões estão crescendo nos percentuais em que isto vinha ocorrendo. É bem provável que até 78 pelo menos umas 50 mil famílias tivessem se favelado rapidamente, ou se favelado, ou invadido, ou se agregado a moradores de invasões, ou possuissem terreno sem a casa definitiva. No entanto, com os atuais níveis de migração (seis mil migrantes, mais seus dependentes perfazendo aproximadamente um total de 10 mil pessoas) não me parece que seja um crescimento tão grande em relação ao que havia antes, quando Brasília sofreu uma grande quantidade de invasões, muito maior do que se poderia esperar de uma cidade planejada. Hoje, se há um crescimento neste sentido, ele é muito menos acelerado.

O que fazer com relação a estas comunidades?

Bem, eu estou tentando bolar formas de solução para o problema habitacional desta gente e muitas já estão em estudo, mas acho que torná-las públicas e gerar expectativas não são de boa responsabilidade de um administrador. Agora uma coisa é certa: é indispensável que a política habitacional do DF seja modificada através de programas destinados a atender às populações de baixa renda. Se não for possível financiar uma casa toda, pois sabemos que o custo de uma construção é caro, é preciso que pelo menos o indivíduo possa ter um local onde possa se organizar, onde tenha uma proteção à sua qualidade de vida biológica. Todos nós sabemos que o grande problema da favela não é o barraco em si, mas a situação física da favela, sem saneamento básico, que permite a contaminação, a poluição, o desagregamento biológico e o desequilíbrio total da saúde. Morar na favela significa correr um risco real de vida, de estar com sua saúde combalida e consequentemente de estar com suas perspectivas de boa qualidade biológica comprometidas para enfrentar as agruras da vida.

Estão o que nós temos que buscar é um programa habitacional mais realista, já que até hoje os programas realizados pela SHIS jamais atenderam uma família que tivesse menos de três salários-mínimos e é essa população que precisa ser atendida. A SHIS fez um programa completamente contraindicado, porque a construção concentrada gera graves problemas — são comunidades enormes, sem estrutura suficiente, não oferecem conforto e geram um emprego transitório para grande quantidade de pessoas. Melhor é construir menores quantidades num espaço de tempo mais longo para que esse emprego não seja transitório.

A SHIS, num só ano, construiu 15 mil casas e empregou 22 mil pessoas. Quando terminou a obra, não havia mais emprego para essa gente. Este é um resultado terrível e a isso acresce que estes programas jamais, ou com raríssimas exceções, atendeu famílias com menos de três salários-mínimos, ou seja, não atendeu a maior parte das pessoas que moram em invasões e favelas. Além disto, em virtude do excesso de oferta crescente de casas o mercado passou a ser inflacionado e a inscrição da SHIS cresceu rapidamente. A cada programa que se fazia de cinco mil casas, esperava-se que a inscrição diminuísse, mas ela aumentava de 20 mil e com isso aconteceu um fenômeno terrível, uma espécie **boomerang**, ou seja, a cada casa que se entregava, um número plural de famílias corria para Brasília na tentativa de conseguir as mesmas facilidades.

Como 15 mil casas não são suficientes para atender uma demanda de 100 mil, como eram as inscrições da SHIS, muita gente até se favelou para esperar casa e ao invés de contribuirmos para resolver o problema habitacional, contribuimos foi para piorar. Isto é uma autocrítica que fazemos, uma vez que a SHIS é vinculada à minha secretaria e a consciência deste problema é que nos leva à necessidade determinada pelo governador Lamaison que mudemos o enfoque da política habitacional e tentemos buscar soluções que, embora mais simples e mais baratas para ficar ao alcance das populações de baixa renda, sejam entretanto suficientes para proporcionar a essa população um desfavelamento, que não significa necessariamente morar numa casa de alvenaria de alto custo. Pode-se morar num terreno loteado, urbanizado, com o mínimo indispensável de arruamento, não digo asfaltado, mas com um bom meio-fio que impeça a invasão de águas pluviais... A primeira experiência neste sentido será feita com os moradores da Vila Divinéia.

Muitos dos favelados de Brasília estão aqui há quatro, cinco anos, trabalhando nesta cidade, quer dizer, é gente que merece nossa atenção. Além disso, não vamos contribuir para o aumento da migração, agindo desta forma.

> **"Muita gente chegou a se favelar para esperar as casas da SHIS. Até isto aconteceu!"**

O PERGEB — Programa da Geoeconômica, visa justamente a redução do fluxo migratório através da criação de empregos na região periférica do DF. Qual sua opinião sobre ele?

É óbvio que eu tenho de me manifestar do ponto de vista de quem está lidando com problemas sociais e como tal só posso dizer uma coisa: não há nenhuma perspectiva para Brasília se não houver o desenvolvimento da região geoeconômica, bandeira essa levantada pelo governo Lamaison desde o seu início, mas que na realidade tem que ser assumida pelo órgão correspondente, a SUDECO.

Nós, Brasília, temos o maior interesse nisso porque da forma que as coisas estão ocorrendo está havendo uma inversão de Brasília, ela está crescendo para o avesso, para dentro, e isso vai gerar um processo de entropia que quem vai organizar?

Brasília são cinco mil quilômetros quadrados e o que temos nós? Uma fronteira agrícola inexpansível porque o setor primário emprega 4% da mão-de-obra e não há como expandir pela limitação física. Tanto isto é verdade que o secretário de Agricultura muito inteligentemente tomou uma decisão; isso aqui não é uma área para produzirmos tudo que é necessário à subsistência da população, nós temos que comprar de fora, mas podemos transformar estas terras numa sementeira de alta qualidade e colocar esta matéria-prima à disposição da geoeconômica. Isto é uma decisão inteligente. Da mesma forma nós temos um grande mercado consumidor em Brasília, somos um milhão e pouco de pessoas das quais uma parcela inclusive, que não é tão pequena assim, deve representar seguramente um dos maiores, senão o maior poder aquisitivo médio **per capita** do país. E nós podemos comprar desta região em volta, o que promoveria o desenvolvimento. Brasília tem que concorrer para isso e não para desenvolver a si própria.

O programa de geoeconômica existe há seis anos. De que forma o senhor vê a sua contribuição para o desenvolvimento da região?

O programa existe no papel. Desconhecemos o que foi feito até agora, a minha área não está ligada a isso. A única coisa que lhe digo, do meu ponto de vista, é que eu espero muito mais. Não é que eu espere muito mais, nós, Brasília, precisamos de muito mais, porque a cidade não tem como oferecer emprego.

Eu estava dizendo que a população que para cá migra o faz porque ainda acredita no eldorado da construção civil da época da construção da cidade; 80% da mão-de-obra empregada é do setor terciário, esta é uma cidade tipicamente administrativa, 16% do setor secundário, com prevalência na construção civil e 4% no setor primário. Não há como expandir nenhum dos três, a não ser o terciário, mas aí será uma expansão que manterá os mesmos percentuais. Como oferecer mais emprego? Abrindo aqui um núcleo industrial? Isto seria inverter os objetivos desta cidade, que foi criada para ser administrativa.

Então vamos olhar à nossa volta. Isto tudo não está caindo de maduro? Goiás não tem madeira para fazer móveis de primeiríssima qualidade, couro para fazer calçados, vocações extraordinárias no setor agrícola e agroindustrial? Vamos consumir daí ou não? Por que tem que ter gente que dorme lá e trabalha aqui? Devia ser o contrário, ou se não o contrário, pelo menos gente para trabalhar lá morar lá.

Vamos buscar esse desenvolvimento e essa é uma bandeira deste governo porque este governo vê nisso não uma bandeira de realização política, mas porque esta é a única saída para Brasília, aliás prevista há muito tempo, desde o plano original de Lúcio Costa.